

MUNICÍPIO DE VINHAIS

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 2003/04/17

ACTA N.º 8/2003

Presenças:-----

- José Carlos Taveira, presidiu;-----
- José Manuel Rodrigues;-----
- Américo Jaime Afonso Pereira;-----
- José António Baía;-----
- Salvador dos Santos Marques;-----
- Carlos Alberto Miranda Monteiro;-----
- Eurico Fernandes Gonçalves.-----

Local da reunião: Salão Nobre dos Paços do Município.-----

Hora de abertura: Quinze horas.-----

Hora de encerramento: Dezoito horas.-----

Secretariou: Fernando Joaquim Martins, chefe da Divisão Administrativa e Financeira.-----

1 - Período de antes da ordem do dia -----

ORDEM DO DIA

2 - Acta da reunião anterior-----

3 - Execução de obras públicas-----

4 – Assuntos deferidos no uso de competências delegadas-----

5 – Resumo diário de tesouraria-----

6 – Proposta de Regulamento – aprovação-----

**6.1 – Transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros
- transporte em táxi-----**

7 – Conselho Municipal de Educação-----

8 – Apoios-----

8.1 – Junta de Freguesia de Fresulfe-----

8.2 – Junta de Freguesia de Moimenta-----

8.3 – Junta de Freguesia de Ervedosa-----

9 – Junta de Freguesia de Travanca – construção de um muro-----

10 – Obras públicas-----

**10.1 – Construção do C.M. 1002 da E.M. 509 a Sernande, incluindo pavimentação em
Sernande – aprovação da minuta de contrato-----**

11 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão - aprovação-----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor presidente começou por comunicar que, em representação da Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, esteve presente numa reunião sobre a execução do INTERREG, que decorreu na cidade espanhola de Zamora.-----

Depois, concedeu a palavra ao Senhor vereador Américo Jaime Afonso Pereira que disse ter tomado conhecimento da viagem do Senhor presidente a Bruxelas, casualmente, no decorrer de uma conversa com o Senhor vice-presidente, o que estranha, por considerar que tal deveria ser comunicado a este órgão.-----

O Senhor vereador continuou tendo afirmado que, como já o fez antes, tem dúvidas quanto ao investimento da “Quinta da Educação”, porque lhe parece haver duplicação de objectivos quando comparados com os do “Parque Biológico”. Nesta perspectiva, e considerando que as expectativas de participação estão agora alteradas, entende que seria oportuno reformular o protocolo celebrado com os proprietários da casa e todo o projecto de investimento.-----

O Senhor vereador questionou também o Senhor presidente sobre a visita que a Comissão Parlamentar de Obras Públicas realizou à região e ao distrito, para saber se, na reunião que a comissão realizou com várias entidades, entre as quais, autarquias locais, a Câmara Municipal esteve representada, se ficou escrito em qualquer documento a posição da autarquia quanto ao traçado do IP2 e se há alguma referência à ligação viária entre Vinhais e Vila Boa, compromisso este que António Guterres, enquanto Primeiro Ministro, havia assumido, e que depois de prevista em PIDAC, foi agora retirada. Apresenta estas questões, esclareceu, porque, tem conhecimento de que o Governo vai ter em conta os resultados desta visita.-----

O Senhor presidente comunicou que a viagem a Bruxelas foi a convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sem quaisquer encargos para a autarquia e serviu para visitar o Comité das Regiões e perceber o seu funcionamento e a importância que pode representar para o poder local.-----

O Senhor presidente disse que discorda da ideia de incompatibilidade entre o Parque Biológico e o Centro Rural de Inovação Educativa, designação actualizada do projecto da Quinta da Educação. Acha, sim, que se complementam, porque este projecto contempla espaços para dormir, tomar refeições, e realizar trabalhos, funcionando como equipamento de apoio ao Parque. Pensa também que, e apesar da Casa de Rio de Fornos, que se pretende venha a albergar o centro, não ser património municipal, é uma construção de imensa

riqueza arquitectónica que justifica o seu aproveitamento e respectivo investimento.-----

Quanto à visita da Comissão Parlamentar de Obras Públicas informou que esteve presente na reunião referida pelo Senhor vereador, onde teve oportunidade de manifestar o seu contentamento ao presidente da comissão por essa iniciativa, tendo defendido o traçado do IP2 a passar por Vinhais para chegar a Espanha através da Moimenta, mantendo assim a estrutura que o mesmo itinerário apresenta em toda a sua extensão, o que pode beneficiar do apoio do INTERREG dada a sua perpendicularidade à fronteira, e aproveitar os melhoramentos que do lado de Espanha já começaram, com rápida ligação à auto-estrada.-- Sobre esta questão, disse, o próprio presidente da comissão escreveu-lhe a expressar que tinha levado em conta a exposição e respectivos argumentos.-----

Comunicou ainda que, da reunião resultou um consenso generalizado quanto à prioridade do IC5 em relação a outros investimentos, reconhecendo-se as enormes dificuldades do sul do distrito em matéria de acessibilidades.-----

Relativamente ao traçado do IP2 informou que, tudo está a ser conduzido de forma a fazê-lo coincidir com o do IP4 a partir de Macedo de Cavaleiros, em direcção a Bragança.- Solução esta que prevê a melhoria do acesso de Vinhais ao IP4 e IP2.-----

Ao contrário do que afirmam alguns membros da Câmara Municipal, considera que, na relação que tem mantido, ao longo dos anos, com o poder central, tem defendido os interesses do concelho de forma persistente e incisiva, o que tem valido algumas vitórias, provavelmente pequenas para alguns, mas importantes para o Município, e respectivo orçamento, como recentemente: a repavimentação na zona de Soutelo, a recuperação do Solar dos Condes e da zona histórica, ou a estrada de Carvalhas a Seixas, para citar alguns.-----

Não compartilha da ideia de que só quem faz muito barulho é que é ouvido. Nesta linha de conduta, disse, aproveitou a já referida reunião com a Comissão Parlamentar para expor ao presidente do Instituto de Estradas de Portugal o estado de algumas estradas nacionais existentes no concelho, tendo afirmado mesmo que neste, as piores estradas são as nacionais, sugerindo a sua desclassificação, o que implica a transferência para a responsabilidade do Município, depois de apurada a melhoria, acompanhada de uma verba por Km para a sua manutenção futura.-----

O Senhor vereador voltou a usar da palavra e esclareceu que já leu o relatório resultante da visita da comissão, que será enviado ao Governo com recomendação de intervenção, mas onde não consta qualquer alusão ao traçado do IP2 por Vinhais. Porque entende que o

combate da desertificação se faz através dos meios de comunicação, considera desastroso para o concelho e para o investimento, saber-se que não vai passar por Vinhais qualquer IP ou IC. Disse também que, até agora não foi possível reunir um grupo de pressão para defender esta solução, junto das entidades decisórias, o que, não duvida, pode ser determinante.-----

O Senhor presidente informou que recebeu do lado espanhol toda a colaboração, mas que o mesmo não se passou, nomeadamente, com os 4 deputados do distrito à Assembleia da República, na anterior legislatura, dos quais nenhum compartilhou, na altura, da ideia do traçado do IP2 que aqui se tem defendido.-----

Para perceber como o assunto mais forte da sua intervenção, na reunião com a Comissão Parlamentar, não consta do relatório da visita, vai solicitar acesso ao mesmo e esclarecimentos ao presidente da comissão.-----

O Senhor vice-presidente, no uso da palavra defendeu que, as posições não devem mudar conforme se está no poder ou na oposição, isto porque, e infelizmente a autoria da proposta de coincidência de traçados entre o IP4 e o IP2 é do Partido Socialista.-----

O Senhor vereador José António Baía expôs que a continuidade lógica do IP2 passa pelo concelho. Não faz sentido a conjugação com o IP4. Questiona mesmo a utilidade da ligação a Espanha por Puebla de Sanábria, uma vez que já existe uma ligação à Europa por Quintanilha e por auto-estrada, na parte espanhola. Considera razoável a ligação do sul do país até à Galiza, pelo interior, descongestionando também as vias do litoral.-----

Com a solução que se percebe avizinhar haverá excesso de investimento em Bragança, com claro prejuízo para Vinhais, e até para o interesse nacional, ficando aquele concelho dotado com duas auto-estradas.-----

Independentemente das guerras que daí possam advir, sabe que as entidades com poder de decisão devem tomar conhecimento de todos os argumentos, que são muitos, para que a solução venha a ser aquela que respeita os mais sãos critérios de razoabilidade.-----

O Senhor presidente reforçou que, hoje se está a falar de novo de um assunto que começou vai para 7 ou 8 anos, aquando da apresentação da sobreposição de traçados, altura em que expressou, desde logo, o seu desagrado. E este mérito de manter e reanimar a discussão é fruto de acções que vem desenvolvendo, apesar de conhecer o pensamento dos políticos, que, como disse, não é favorável.-----

O Senhor vereador Américo Jaime Afonso Pereira expressou que, esta é uma obra estruturante, mas que não exige mais do que saber negociar. Pensa pois que, a estratégia

deve ser invertida de forma a obter parceiros. Para tal não se deve apostar no confronto das duas ligações: Macedo de Cavaleiros – Bragança ou Macedo de Cavaleiros – Vinhais. Ao concordar com a primeira ligação será mais fácil obter parceiros para a segunda.-----

Disse ainda que, a avaliar pelo que foi dito pelos candidatos a Primeiro Ministro – Durão Barroso e Ferro Rodrigues – nos comícios respectivos realizados em Bragança, está convencido que este Governo vai apostar na transformação do IP4 em auto-estrada, o que reforça a convergência do IP2 com o IP4 no troço já identificado. Pessoalmente está convencido que o melhor para Vinhais era estender a A7, que vai ligar Braga a Chaves, até Bragança, a passar por Vinhais. Esta mesma ideia comunicou-a ao Secretário Geral do PS, por altura da campanha eleitoral para as últimas legislativas, que se mostrou muito receptivo, o que encontra força no seu discurso quando disse que iria dotar Bragança de uma auto-estrada, sem especificar qual.-----

O Senhor vereador José António Baía afirmou que faz fé nos critérios de racionalização humana, é vertical e contundente nas suas posições. Sendo assim, não tem dúvidas, que em termos de razoabilidade económica é impossível que a existir uma ligação por Puebla se realize outra por Vinhais. A falta de disponibilidade financeira implica que uma obrigue ao sacrifício da outra.-----

O Senhor presidente aproveitou para informar que, poucos meses depois do início desta legislatura, elaborou um dossier, com a ajuda da Direcção Distrital de Estradas, que entregou na secretaria de estado da tutela, onde fica demonstrada a solução para o traçado do IP2 que se defende.-----

2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

A acta da reunião anterior, previamente distribuída aos Senhores vereadores por fotocópia, depois de lida, foi aprovada por maioria, com abstenção do Senhor vereador Eurico Fernandes Gonçalves, por não ter estado presente na respectiva reunião.-----

3 – EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS-----

Tomado conhecimento da situação das obras municipais em curso, quer por empreitada, quer por administração directa, cuja relação foi previamente enviada aos Senhores vereadores, e que fica arquivada junto a esta acta.-----

4 – ASSUNTOS DEFERIDOS NO USO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS-----

Tomado conhecimento da relação dos assuntos deferidos no uso de competências delegadas, também previamente comunicados aos Senhores vereadores, e que fica arquivada junto a esta acta.-----

5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

Tomado conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dezasseis de Abril de dois mil e três, que acusa os seguintes saldos:-----

Em Dotações Orçamentais----- 657.692,96 €

Em Dotações Não Orçamentais-----274.029,30 €

6– PROPOSTA DE REGULAMENTO – APROVAÇÃO-----

6.1 – TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXI-----

Cumprido o prazo de audiência pública do projecto de regulamento e recolhidas as contribuições das entidades que são referidas na informação n.º 6, de 03/04/2003, do chefe da Repartição Administrativa, foi deliberado por maioria e em minuta, aprovar o projecto de regulamento, e sujeitar à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, conjugada com a alínea a), do n.º 6, art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Com a seguinte declaração de voto do Senhor vereador Américo Jaime Afonso Pereira:-----

“Voto favorável em todo o articulado com excepção do art.º 8.º, porque considero que o sistema de estacionamento a adoptar deveria ser o condicionado, isto porque, permitiria legalizar uma prática que já existe, e não me parece correcto que alguém residente no aglomerado populacional onde existe uma praça para um indivíduo em concreto, no caso de estar ausente por qualquer motivo, a pessoa aí residente não possa chamar outro táxi.”---

7 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-----

Através da informação n.º 20/03, de 16 de Abril, que se arquivava junto a esta acta, a técnica

superior de sociologia, Maria José Gomes, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal, em reunião de 10 de Março, do corrente ano, dá conhecimento dos representantes das várias entidades que integram o Conselho Municipal de Educação, nos termos do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.-----

Deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com a constituição do Conselho Municipal de Educação, nomear o Senhor vereador Eurico Fernandes Gonçalves para integrar este Conselho, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 6.º do citado diploma.-----

8 – APOIOS-----

8.1 – JUNTA DE FREGUESIA DE FRESULFE-----

A Junta de Freguesia de Fresulfe solicitou, por escrito, um apoio monetário, com vista ao pagamento das despesas levadas a efeito com a beneficiação do moinho e casa do moleiro na praia fluvial.-----

Ao abrigo da alínea b), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado, por unanimidade, conceder um apoio monetário no valor de quatro mil novecentos e oitenta e oito euros (4.988,00 €).-----

8.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE MOIMENTA-----

A Junta de Freguesia de Moimenta solicitou, por escrito, um apoio monetário para custear despesas com a realização da “11.ª Feira Franca da Moimenta”, que irá decorrer nesta freguesia, no dia 27 de Abril.-----

Ao abrigo da alínea b), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado, por unanimidade, conceder um apoio monetário no valor de três mil euros (3.000,00 €).-----

8.3 – JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDOSA-----

A Junta de Freguesia de Ervedosa solicitou, por escrito, um apoio monetário para a

realização da “Feira de Produtos da Terra”, que irá decorrer em Ervedosa, no dia 10 de Maio, e pretende promover os produtos deste concelho.-----

Ao abrigo da alínea b), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado, por unanimidade, conceder um apoio monetário no valor de dois mil quatrocentos e noventa e quatro euros (2.494,00 €).-----

9 – JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVANCA – CONSTRUÇÃO DE UM MURO----

Nos termos do n.º 2, do art.º 7.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 a Junta de Freguesia de Travanca solicitou parecer para construção de um muro de vedação, sito no lugar de Devessa, na localidade de Travanca.-----

Deliberado, por unanimidade e em minuta, emitir parecer favorável.-----

10 – OBRAS PÚBLICAS-----

10.1 – CONSTRUÇÃO DO C.M. 1002 DA E.M. 509 A SERNANDE, INCLUINDO PAVIMENTAÇÃO EM SERNANDE – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO-----

Em cumprimento do estabelecido no artigo 116.º, do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, foi presente a minuta do contrato da empreitada para “Construção do Caminho Municipal 1002 da E.M. 509 a Sernande, incluindo pavimentação em Sernande”, a celebrar entre o Município de Vinhais e a firma FAZVIA – Sociedade de Empreitadas, Ld.ª, adjudicatária da referida empreitada.-----

Após a sua leitura, foi deliberado por unanimidade e em minuta, aprovar a referida minuta de contrato.-----

11 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – APROVAÇÃO----

O Senhor vice-presidente esclareceu que nesta altura apenas podem ser apreciados os documentos de prestação de contas na óptica orçamental, na medida em que os serviços têm sido confrontados com vários problemas informáticos na emissão dos documentos na

óptica patrimonial. Disse que, se tais problemas forem ultrapassados, será possível concluir a aprovação dos documentos de prestação de contas na próxima reunião.-----

O Senhor vice-presidente realçou alguns aspectos, como o aproveitamento de cerca de 1.000.000 € de receitas correntes para investimento, e a comprovação de que os valores da cobrança da água não cobrem as despesas das suas análises.-----

O Senhor vice-presidente respondeu às dúvidas e questões que os Senhores vereadores foram colocando.-----

Terminada a discussão e postos os documentos a votação foram os mesmos aprovados por maioria com duas abstenções dos Senhores vereadores Carlos Alberto Miranda Monteiro e Eurico Fernandes Gonçalves.-----

O Senhor vereador Salvador dos Santos Marques votou favorável mas considera que as despesas com pessoal devem ser reduzidas.-----

O Senhor vereador Américo Jaime Afonso Pereira votou favorável e apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O documento em análise não é mais que a tradução em matéria de contabilidade das receitas e das despesas, pelo que, não havendo motivos para suspeitar de qualquer incorrecção, não há motivos para um sentido de voto que não seja o favorável.-----

No entanto, resulta deste documento, que a autarquia está a gastar exageradamente em despesas com pessoal, muito embora ainda estejamos aquém do limite.-----

De qualquer forma, há um ponto que eu não posso deixar passar porque, além da questão de fundo, põe-se também uma questão de dignidade profissional, pessoal e política. Estou a referir-me à Feira do Fumeiro realizada em Fevereiro de 2002 e quero dizer que esta prova, que é documental, leia-se o relatório de prestação de contas, veio aumentar a minha indignação em relação ao sucedido.-----

Conjuntamente com outras pessoas e durante 8 anos organizamos a Feira do Fumeiro de Vinhais. Terminadas as minhas funções, obviamente que a feira teria que ser organizada por outras pessoas como foi.-----

Sempre esperei que tudo corresse normalmente e sendo certo que nunca contei qualquer reconhecimento pelo meu trabalho por quem tinha o dever de o fazer, também não é menos certo que não me passava pela cabeça que os organizadores que me sucederam tanto se tivessem empenhado e orquestrado numa campanha no sentido de desvalorizar o meu trabalho e lançar a ideia que o passado é chão queimado: eram notícias na comunicação

social, onde exaustivamente se diz que agora há uma nova imagem, que agora há profissionalismo, que agora é mais barato, que agora é que se poupa e por aí adiante, reuniões alargadas onde propositadamente se punha em causa a seriedade dos anteriores organizadores e de alguns funcionários, etc, etc, tudo isto, infelizmente, é muito mais grave, quando o Sr. Presidente nos jornais que eu guardei, por várias vezes afirmou que agora temos uma nova imagem e profissionalismo. Qualquer médio entendedor, percebe o que isto quer dizer.-----

Veio agora a prestação de contas dizer-nos que “cospidelas” que essas pessoas atiraram para o ar, caíram-lhes em cima: em 2001 a feira do fumeiro custou cerca de 31.000 contos e de 2002 cerca de 30.000.-----

O Sr. Presidente e a respeito da feira de 2002 disse em reunião de Câmara e por mais que uma vez que a feira custaria 25.000 contos. Fê-lo, certamente, porque a organização lhe deu tal informação.-----

Igual informação prestou a respeito da de 2003, que custará 25.000 contos! Vamos ver quanto custa.-----

É altura de chamar os organizadores e dizer-lhes que é injustificado este aumento e que algo tem que mudar e que não lhes fica bem orquestrarem campanhas que por um lado visam em primeira mão as suas próprias promoções e em segundo e em consequência achincalhar quem exerceu as mesmas funções em períodos anteriores.-----

Nestes dois anos em que deixei de exercer funções, propositadamente remeti-me ao silêncio nesta e noutras matérias, mas por uma questão de coerência comigo próprio, teria que realçar este ponto.-----

Se alguém argumentar que este grande aumento de custos tem como contrapartida um aumento nas vendas, desminto-o categoricamente e estou disponível para dentro em breve explicar porque se gastou mais.”-----

E eu, _____ chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino.-----
